

Governança Corporativa

RN 443

Introdução



- ✓ Evolução e Panorama da regulação de riscos
- ✓ Governança Corporativa
- ✓ Controles Internos
- ✓ Gestão de Risco
- ✓ Compliance - (Programa de Integridade)
- ✓ Auditoria Interna
- ✓ Verificação dos Processos da Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos



Evolução Regulatória

Ativos Garantidores

- RN 392, de 2015 -> Regras de ativos garantidores das Provisões Técnicas
- IN DIOPE 54, de 2017 -> Instituiu a autorização prévia anual (APA) para movimentação de ativos garantidores

Provisões Técnicas

- RN 393, de 2015, alterada pela RN 442, de 2018 -> Regras de Prov. Técnicas (PEONA-SUS e PIC)

Práticas no setor

- RN 430, de 2017 -> Disciplinou as operações de compartilhamento da gestão de riscos
- RN 431, de 2017 -> Instituiu o Programa de Escala Adequada (PEA)
- RN 443, de 2019 -> Trata de boas práticas de governança para fins de solvência

Capital baseado em risco

- Consulta Pública nº 73 –março e abril de 2019 -> Nova regra de capital baseado em riscos de operações – Resolução ainda não publicada.

Evolução da regulação da Gestão Integrada de Riscos

ANS

RN 443/2019

Atualmente esta é a regulamentação específica para Gestão Integrada dos Riscos no setor de saúde suplementar

SUSEP

Circular 521/2015

- Prevê a Estrutura de Gestão de Riscos que deverá conter:
1. Processos, metodologias e ferramentas para identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar, tanto em nível individual como agregado, todas as exposições a riscos atuais e emergentes consideradas materiais ou prioritárias pela supervisionadaValidação dos processos, metodologias e ferramentas
 2. Adoção de mecanismos que visem a incentivar comportamentos orientados para a observância do Apetite por Risco
 3. Análise prévia de mudanças
 4. Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

BACEN

Resolução nº 4.557/2017

- Prevê a Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Estrutura de Gerenciamento Contínuo de Capital que deverá conter:
1. O gerenciamento de riscos integrado, de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos
 2. Avaliação periódica da adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos
 3. Identificação prévia de mudanças e programa de testes de estresse
 4. Avaliação continua da efetividade das estratégias de mitigação de riscos
 5. Gestão Continuidade de Negócios (GCN)

Evolução da regulação da Gestão Integrada de Riscos

ANS

▶ Prevê os seguintes riscos mínimos:

1. Subscrição
2. Demais riscos (Crédito; legal; mercado e operacional) de forma gradativa até 2022

SUSEP

▶ Prevê os seguintes riscos mínimos:

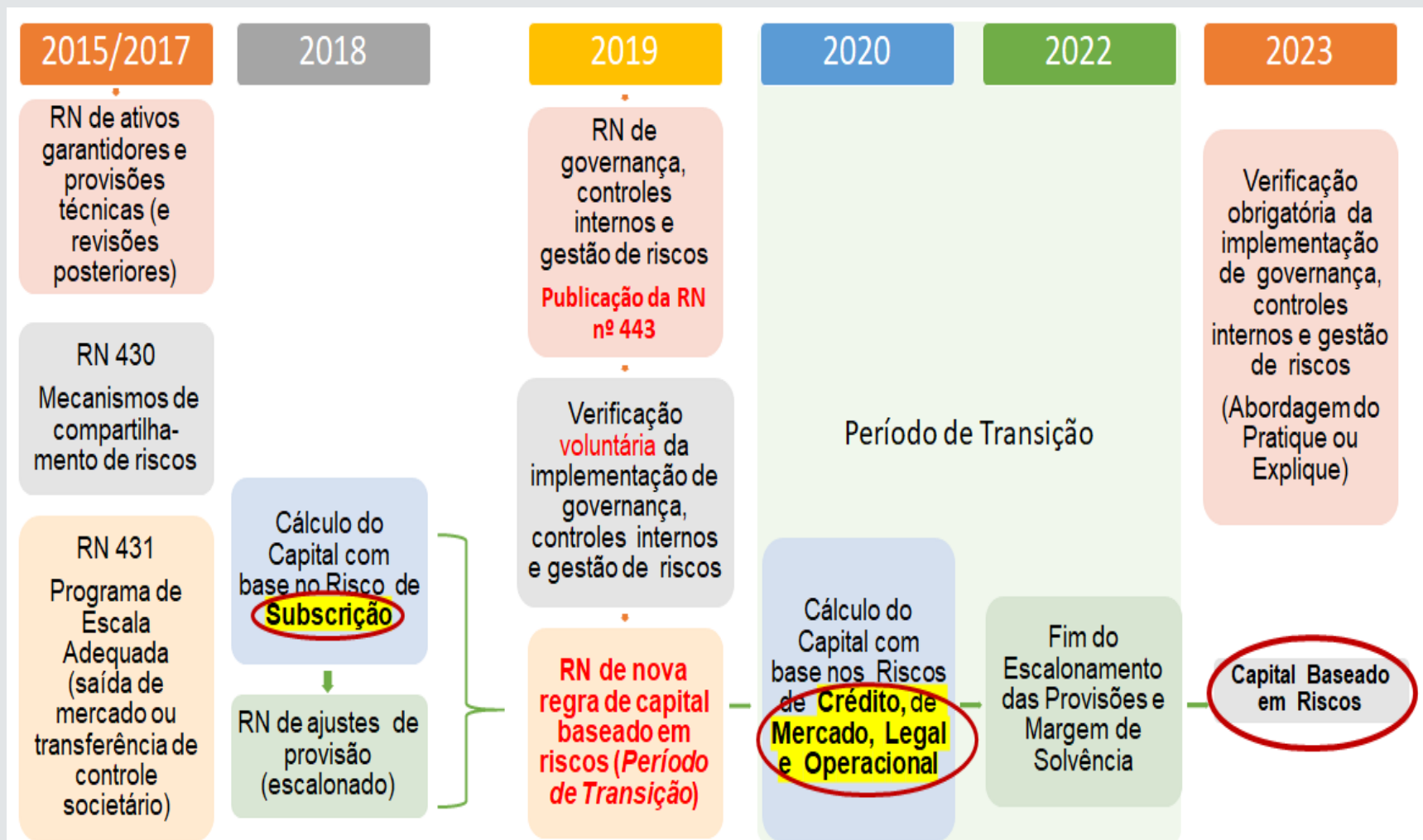
1. Subscrição
2. Mercado
3. Crédito
4. Operacional

BACEN

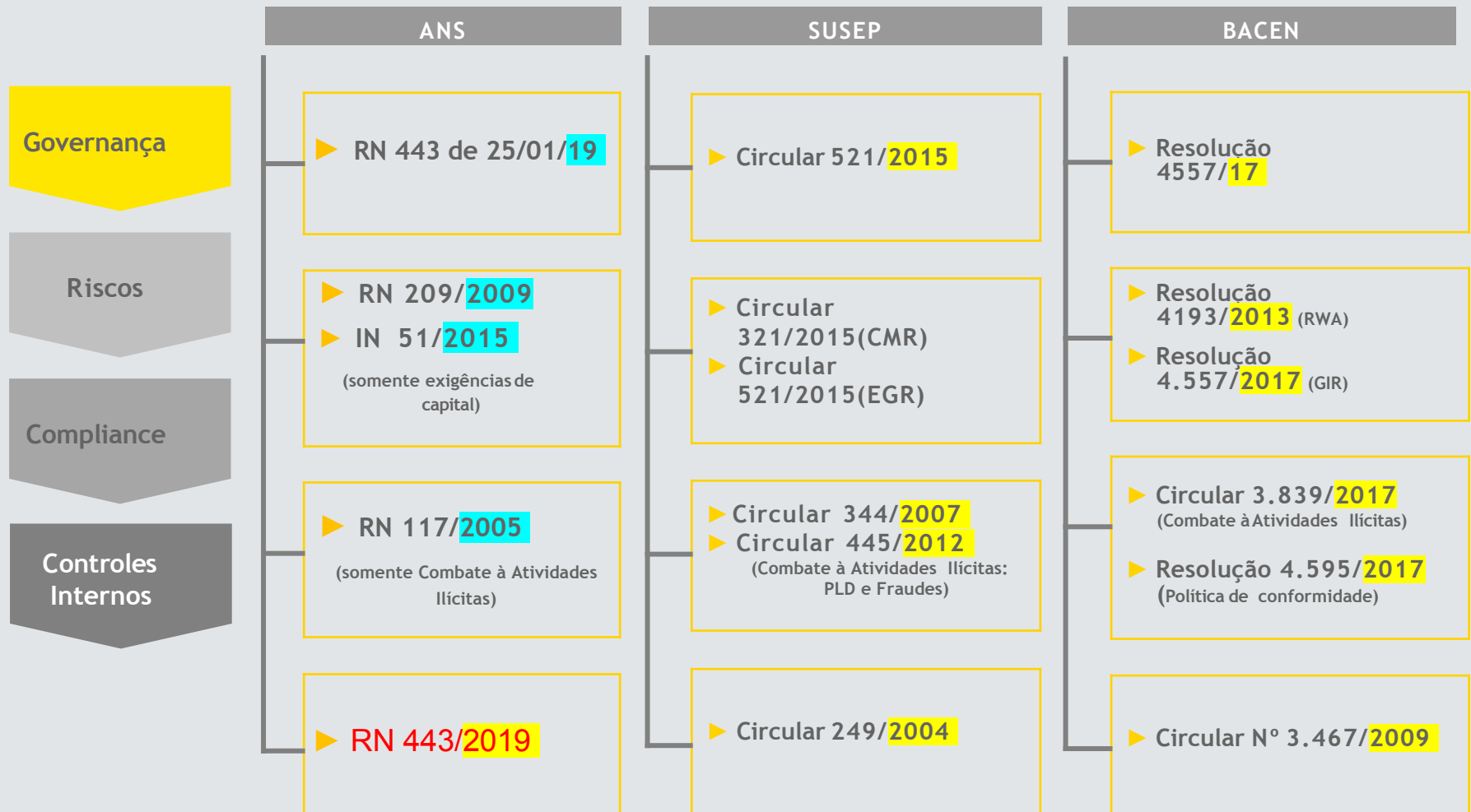
▶ Prevê os seguintes riscos mínimos:

1. Crédito
2. Mercado
3. Variação da Taxa de Juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB)
4. Operacional
5. Liquidez
6. Socioambiental

Evolução Normativa para a gestão de Riscos na saúde suplementar



Panorama entre os Reguladores Governança, Riscos e Compliance (GRC) e Controles Internos



Sistema de Gestão de Riscos

✓ Compreende conjunto de estratégias, processos e procedimentos para identificar, mensurar, monitorar, gerir e informar aos administradores os riscos a que a entidade está exposta

✓ Exemplos de processos requeridos:

- ✓ definição de política de gestão de riscos;
- ✓ subscrição de riscos;
- ✓ gestão de ativos, passivos e liquidez;
- ✓ alocação de investimentos;
- ✓ avaliação de risco operacional; e
- ✓ uso de mecanismos de mitigação de riscos.

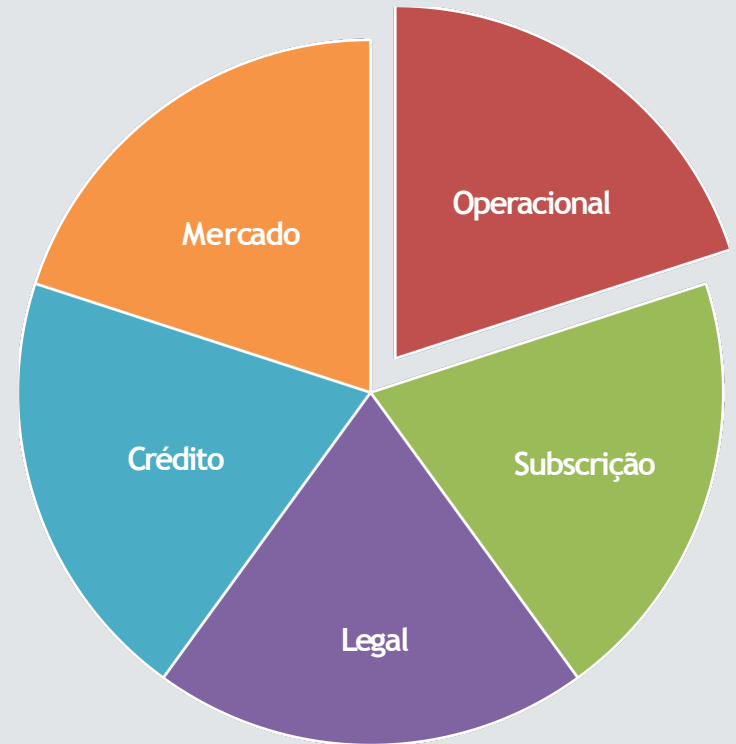
Nova Regra de Capital da ANS

- ***Requerimentos Quantitativos***

- ✓ Risco de Subscrição
- ✓ Risco Legal
- ✓ Risco de Crédito
- ✓ Risco de Mercado

- ***Requerimentos de Governança***

- (Qualitativos e Quantitativos)
- ✓ Risco Operacional (Sistemas, pessoas e processos)



1. Governança Corporativa Edição da RN 443

Conceito

Práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de plano de assistência à saúde.

Sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.

Princípios da Governança Corporativa

Art. 4º da
RN 443

Transparência

- Divulgação clara, completa e objetiva de informações relevantes a todos os níveis da operadora e à sociedade, independentemente daquelas exigidas pela legislação;

Equidade

- Tratamento justo e isonômico de todos os **proprietários**, beneficiários das operadoras e demais partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas;

Prestação de Contas

- Tomada de responsabilidade dos administradores e das demais pessoas envolvidas nos diversos níveis da operadora diante de suas decisões, de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis; e

Responsabilidade Corporativa

- Ação da operadora condizente com seu papel na sociedade, incluindo a manutenção da sua viabilidade econômico-financeira no curto, médio e longo prazo.

Dispositivos da RN nº 443/19

Art. 4º As práticas e estruturas de governança adotadas pelas operadoras devem considerar os seguintes princípios:

I. **Transparência**: divulgação clara, completa e objetiva de informações relevantes a todos os níveis da operadora e à sociedade, independentemente daquelas exigidas pela legislação;

II. **Equidade**: tratamento justo e isonômico de todos os proprietários, beneficiários das operadoras e demais partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas;

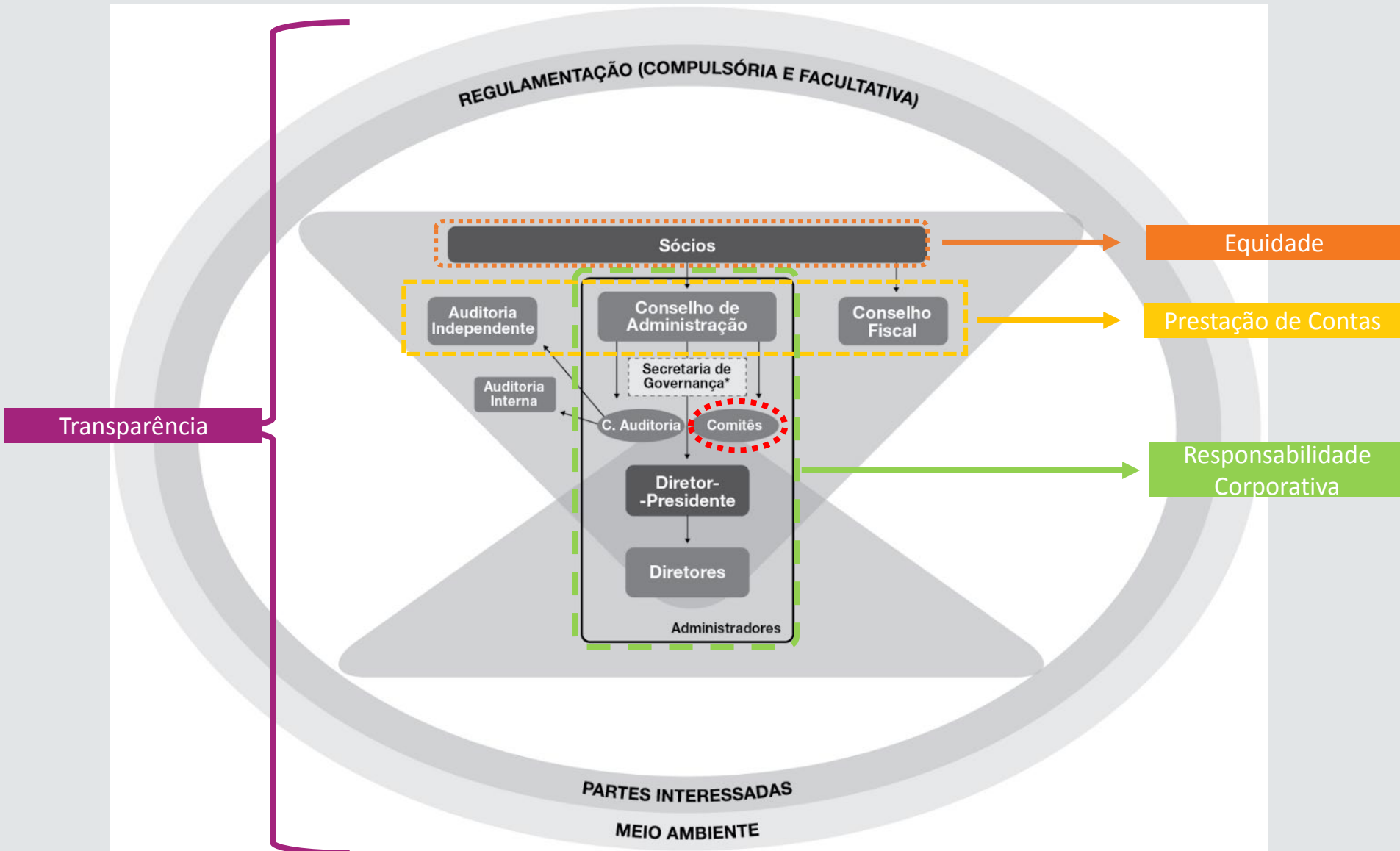
III. **Prestação de contas**: tomada de responsabilidade dos administradores e das demais pessoas envolvidas nos diversos níveis da operadora diante de suas decisões, de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis; e

IV. **Responsabilidade corporativa**: ação da operadora condizente com seu papel na sociedade, incluindo a manutenção da sua viabilidade econômico-financeira no curto, médio e longo prazo.

Dispositivos da RN nº 443/19

Art. 5º As práticas e estruturas de governança devem ser formalizadas de forma clara e objetiva em estatuto ou contrato social, regimentos ou regulamentos internos submetidos à revisão e aprovação das instâncias máximas de decisão das operadoras, e divulgadas amplamente às partes interessadas.

Estrutura do Sistema de Governança Corporativa



Comitês do Conselho de Administração

Comitês são órgãos acessórios ao Conselho de Administração.

Não implica na delegação de responsabilidades que competem exclusivamente ao Conselho de Administração ou assemelhados.

Os Comitês que podem ser formados são:

de Auditoria, Gestão de Riscos, Compliance, Recursos Humanos e Remuneração, Governança, Finanças, Sustentabilidade, entre outros.

Os Comitês estudam os assuntos de sua competência e preparam as propostas ao Conselho.

O Regimento Interno do Conselho deve orientar sobre a formação e a composição dos Comitês e a coordenação deles por conselheiros que reúnam as competências e habilidades mais adequadas.

O Conselho deve estabelecer o escopo das atividades dos Comitês e aprovar os respectivos programas de trabalho e relatórios.

O Conselho deve reunir-se regularmente com os Comitês, bem como acompanhar seus trabalhos.

Comitês do Conselho de Administração

Comitês são organismos facultativos de assessoramento e suporte à tomada de decisão do Conselho de Administração/Diretoria em temas que requerem mais profundidade analítica.

O Regimento Interno do Conselho/Diretoria deve orientar a formação e a composição dos comitês e a coordenação deles por conselheiros/diretores que reúnam as competências e habilidades mais adequadas.

Os comitês técnicos devem ser compostos por, no mínimo, ***três membros, sendo ao menos um deles especialista*** no tópico em questão.

É recomendável que a cooperativa adote, sempre que possível, comitês temporários, sendo as suas atividades avaliadas periodicamente, de forma a assegurar o papel efetivo e eficaz de cada um deles.

Podem haver comitês permanentes, vinculados ao período de mandato do Conselho de Administração/Diretoria, como:

Comitê de Ética, Comitê de Riscos e Crises, Comitê de Orçamento, etc.

2. Controles Internos

Conceito

Deve haver a implementação da prática de controles internos em todos os processos conduzidos pela alta administração e pelo corpo de empregados de uma organização, a fim de garantir a realização dos objetivos nas seguintes categorias:

- Eficácia e eficiência das operações
- Confiabilidade das demonstrações financeiras
- Conformidade com leis e regulamentos cabíveis

Apetite a risco

Evitar o Risco

Descontinuação das atividades que geram os riscos.

Ação para evitar totalmente o risco.

Mitigar o Risco

Adoção de medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, como por exemplo, implementação de controles para assegurar que determinado risco residual esteja de acordo com o apetite a riscos da empresa.

Transferir o Risco

Compartilhar ou transferir uma parte do risco a terceiros.

Como por exemplo contratação de apólices de seguros ou terceirização de uma atividade.

Aceitar o Risco

Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos, pois o nível do risco é considerado irrelevante, a capacidade da organização para tratá-lo é limitada, ou o custo é desproporcional ao benefício.

Dispositivos da RN nº 443/19

Art. 6º As operadoras devem implementar sistemas de controles internos voltados para suas atividades e seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais, com vistas a:

- I - assegurar a confiabilidade das informações, dados e relatórios produzidos pela operadora;
- II - buscar a utilização eficiente dos recursos, com eficácia em sua execução; e
- III – atender à legislação e às normas internas aplicáveis à operadora.

Art. 7º As descrições dos controles internos devem ser acessíveis a todos os funcionários das operadoras e compreender ações contínuas relativas a suas atividades, operações e níveis hierárquicos, prevendo, no mínimo:

- I – definição dos objetivos dos controles e das responsabilidades na operadora, de forma a evitar conflito de interesses nos processos internos;
- II – os meios de identificação e avaliação de riscos que podem ameaçar sua eficácia;
- III – canais de comunicação que assegurem aos funcionários o acesso às informações relevantes para execução das suas tarefas e responsabilidades, bem como o encaminhamento de contribuições para seu aperfeiçoamento;

Dispositivos da RN nº 443/19

Art. 7º - Continuação

IV - existência de testes de segurança e conciliação para os sistemas de informações, em especial aqueles mantidos em meio eletrônico; e

V - ações ou planos de contingência, quando necessário.

Art. 8º Os controles internos devem ser submetidos à avaliação periódica, no mínimo anual, em especial aqueles que tratam de processos relacionados às informações detalhadas nos demonstrativos financeiros das operadoras.

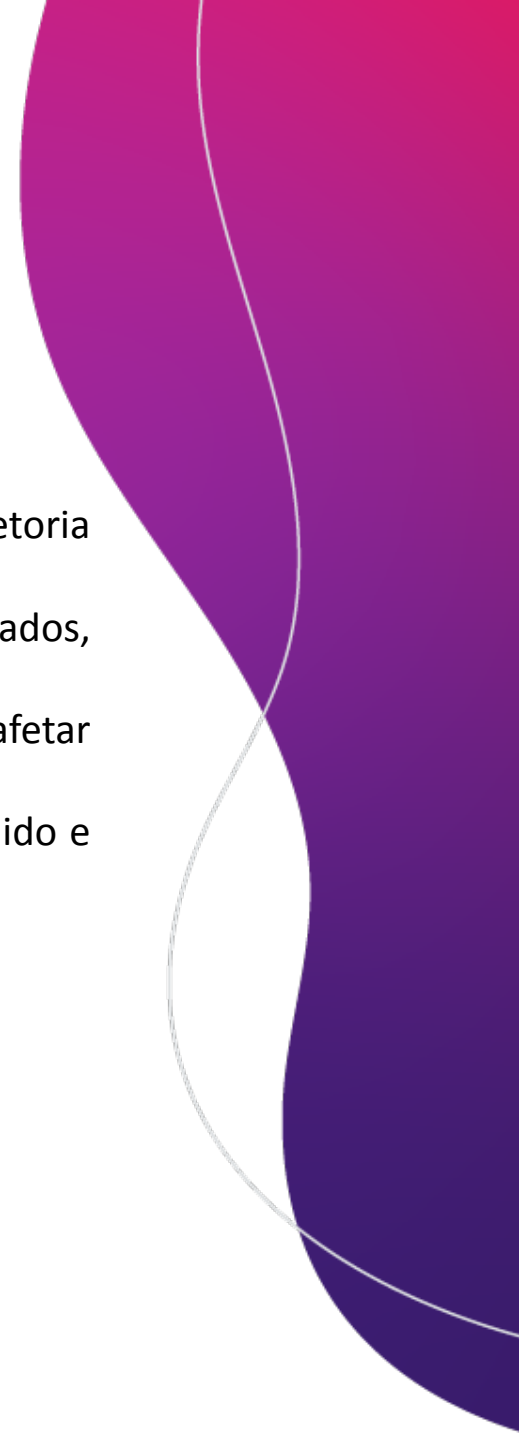
Parágrafo único. Os resultados da avaliação de que trata o caput devem ser acompanhados de manifestação dos responsáveis pelas áreas avaliadas a respeito das deficiências eventualmente encontradas e das medidas adotadas para saná-las ou mitigar seus riscos.

3.

Gestão de Risco

Conceito

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração ou assemelhado e demais empregados, que estabelece estratégias para identificar potenciais eventos capazes de afetar a organização, mantendo os riscos compatíveis com o apetite a risco definido e garantindo o cumprimento dos seus objetivos.



Principais Riscos

Art. 4º da
IN DIOPE 14 e
RN 443

Risco Operacional

- Falhas em procedimentos internos, pessoas e sistemas que comprometam a estrutura organizacional das operações

Risco de Credito

- Incerteza de recebimentos financeiros das operações

Risco de Mercado

- Variações em taxas de juros, câmbio, inflação e comportament os de mercado dados à incertezas de ativos e passivos

Risco de Subscrição

- Situação econômica adversa onde não foi possível estimar com segurança Provisões Técnicas

Risco Legal

- Não cumprimento de leis, regras ou falta de embasamento legal para suas operações, tornando-se vulnerável a litígios

Dispositivos da RN nº 443/19

Art. 4º Para fins de avaliação da suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social Ajustado a Operadora de Planos de Saúde deverá, obrigatoriamente, considerar no modelo próprio os seguintes riscos:

I - **Risco de Crédito**: medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros;

II - **Risco de Mercado**: medida de incerteza, relacionada aos retornos esperados de seus ativos e passivos, em decorrência de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de inflação, preços de imóveis e cotações de ações, ou seja, o comportamento verificado no preço de um bem no dia-a-dia;

III - **Risco Legal**: medida de incerteza relacionada aos retornos de uma Operadora de Planos de Saúde por falta de um completo embasamento legal de suas operações. O Risco Legal é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a instituição particularmente vulnerável a litígios;

IV - **Risco de Subscrição**: risco oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas. Também envolve a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido; e

V - **Risco Operacional**: compreendem os demais riscos enfrentados pela Operadora de Planos de Saúde, relacionados aos procedimentos internos tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas, ou seja, é qualquer possibilidade de perda originada por falhas na estrutura organizacional, seja ela oriunda de sistemas, procedimentos, recursos humanos ou tecnológicos ou então, pela perda dos valores éticos e corporativos que unem os diferentes elementos.

Dispositivos da RN nº 443/19

Art. 9º A gestão de riscos nas operadoras deve ter por objetivo:

I - uniformizar o conhecimento entre os administradores quanto aos principais riscos das suas atividades, em especial aqueles relacionados aos riscos de subscrição, de crédito, de mercado, legais e operacionais;

II - conduzir tomadas de decisão que possam dar tratamento e monitoramento dos riscos e consequentemente aperfeiçoar os processos organizacionais e controles internos da operadora; e

III - promover a garantia do cumprimento da missão da operadora, sua continuidade e sustentabilidade alinhadas aos seus objetivos.

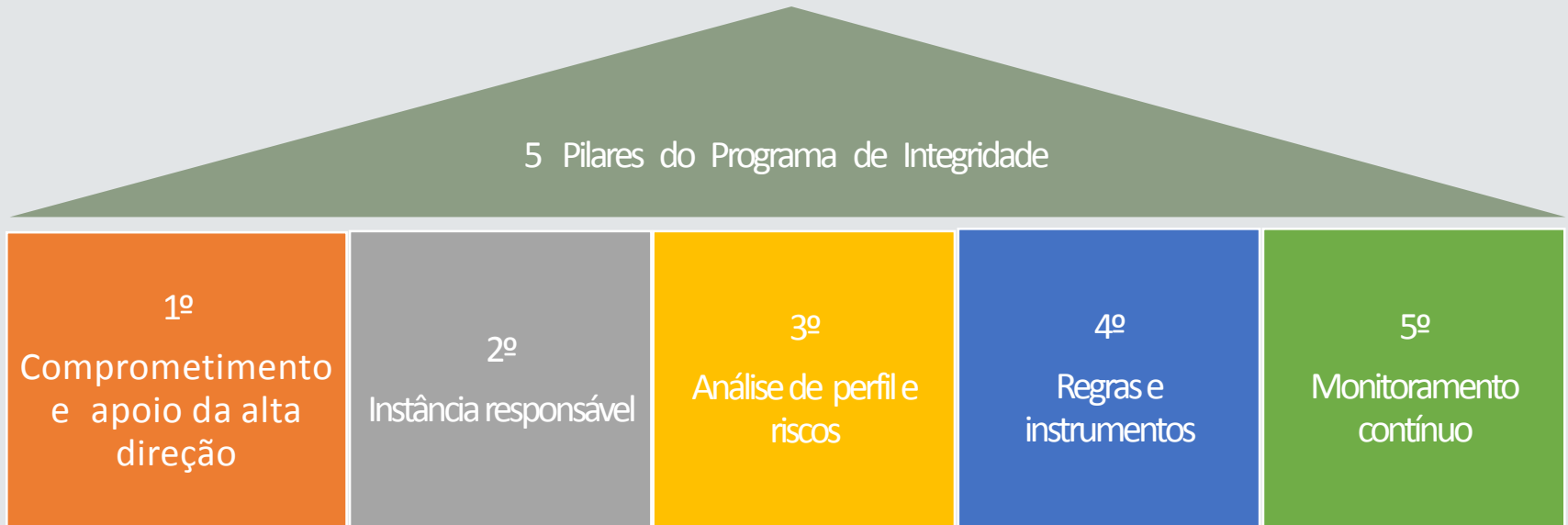
Art. 10º As práticas de gestão de riscos devem ser adequadas à estrutura e aos controles internos da operadora, de forma a possibilitar o seu aperfeiçoamento e monitoramento contínuo.

4. Compliance (Programa de Integridade)

Conceito

Conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.” (Decreto nº 8.420/2015 art. 41).

Pilares de um Programa de Integridade



Benefícios de um Programa de Compliance

Prevenção de riscos

- A adoção de programas de compliance identifica, mitiga e remedia os riscos de violações da lei, fraudes, riscos de imagem (reputação) dentre outros prejuízos financeiros.

Identificação Antecipada dos Problemas

- A conscientização promovida pelos programas de compliance permite a identificação de violações à lei mais rapidamente, favorecendo pronta resposta pela organização, prevenção de perdas em casos de denúncias, etc.

Reconhecimento de ilicitudes em outras organizações

- A conscientização promovida pelos programas de compliance permite que os funcionários identifiquem sinais de que outras organizações, como concorrentes, fornecedores, distribuidores ou clientes, possam estar infringindo a lei. Este fato pode ser de extrema relevância para a imagem da empresa de acordo com o nível de relacionamento com os terceiros.

Benefícios de um Programa de Compliance

Benefício reputacional

- Ações de incentivo à conformidade são parte essencial de uma cultura de ética nos negócios, que resulta em benefícios para a reputação da organização e sua atratividade para fins promocionais, de recrutamento e de retenção de colaboradores.

Conscientização dos funcionários

- Colaboradores cientes das “regras do jogo” estão em melhor posição para fazer negócios sem receio de violar as leis, assim como para procurar assistência caso identifiquem possíveis questões sensíveis.

Redução de custos e contingências

- Adoção de um programa de compliance pode evitar que as empresas incorram em custos e contingências com investigações, multas, publicidade negativa, interrupção das atividades, inexecutabilidade dos contratos ou cláusulas ilegais, indenizações, impedimento de acesso a recursos públicos ou de participação em licitações públicas, etc.

Dispositivos da RN nº 443/19

Art. 2º Para fins do disposto na RN, considera-se

- I. **Governança das Operadoras:** Sistema pelo qual as operadoras são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre seus proprietários, administradores, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas;
- II. **Controles Internos:** Conjunto de medidas para salvaguardar as atividades da operadora, assegurando o cumprimento de seus objetivos e obrigações em todos os níveis da organização;
- III. **Gestão de Riscos:** Processo de identificação, análise, avaliação, priorização, tratamento e monitoramento de riscos que possam afetar, positiva ou negativamente, os objetivos de processos de trabalho e/ou de projetos de uma operadora nos níveis estratégicos, tático e operacional;
- IV. **Administradores:** Todas as pessoas naturais, residentes no País, **eleitas**, nomeadas ou designadas para os cargos de diretor, administrador ou conselheiro do conselho de administração, ou órgão assemelhado, **independentemente da nomenclatura e do tipo societário** da qual façam parte;
- V. **Proprietários:** Sócios, acionistas, cotistas, **cooperados** ou associados da operadora;

5. Auditoria Interna







Conceito

A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização.

Auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.



Princípios Fundamentais da Auditoria

-  Demonstrar integridade
-  Demonstrar a proficiência e o zelo profissional devido
-  Estar devidamente posicionado e com recursos adequados
-  Estar alinhado às estratégias, objetivos e riscos da organização
-  Ser objetivo e livre de influências indevidas (independente)
-  Demonstrar qualidade e melhoria contínua

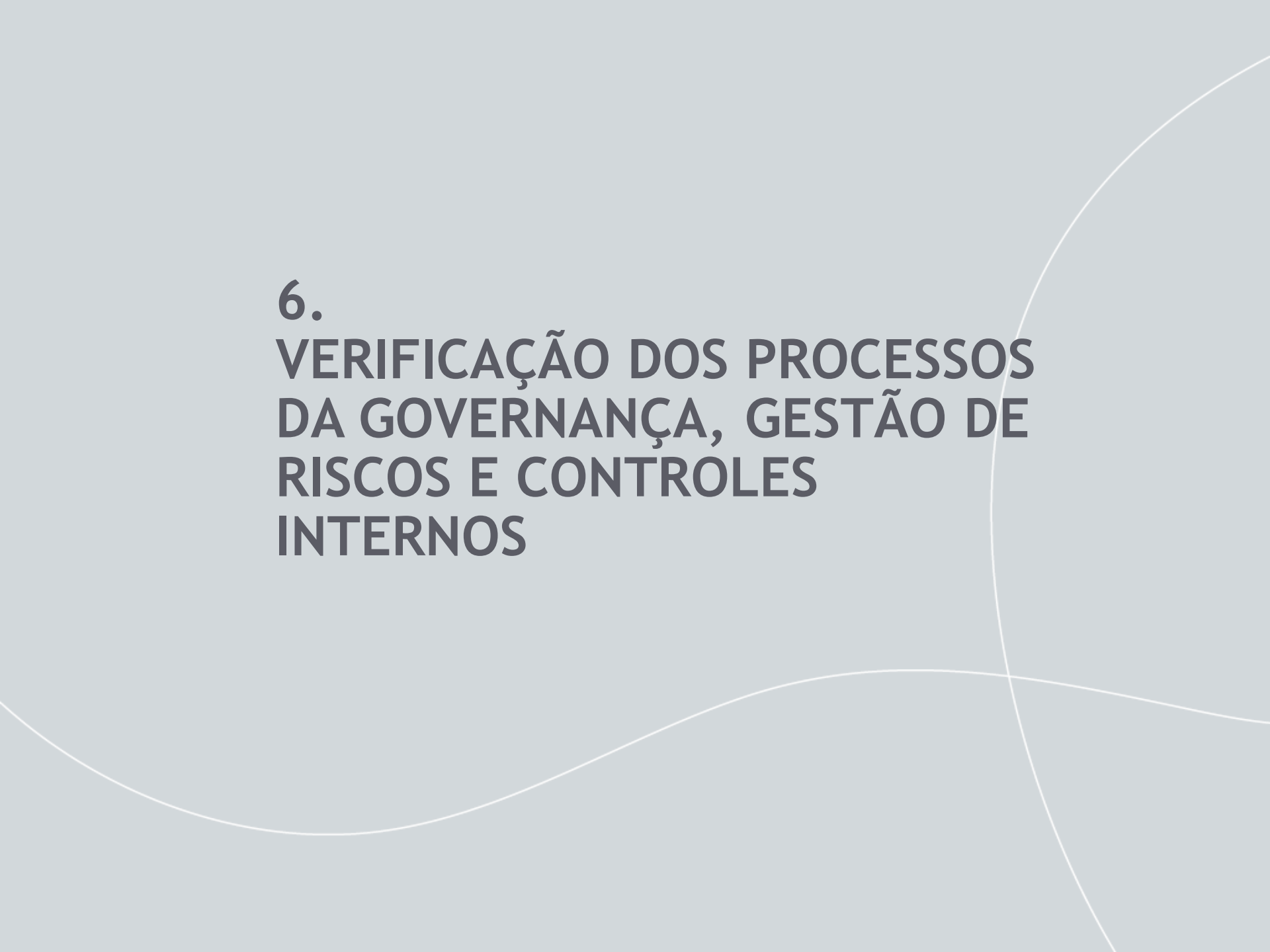
Dispositivos da RN nº 443/19

ANEXO II

Auditoria interna

A operadora deve possuir unidade específica responsável, ligada diretamente ao Conselho de Administração, órgão equivalente ou comitê de auditoria, pela função de auditoria interna para avaliação de processos de gestão de riscos, sistemas de controles internos, mecanismos e procedimentos internos da operadora para cumprimento de leis, resoluções, regimentos e regulamentos. A atividade de auditoria interna deve dispor das condições necessárias para a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos da operadora.

A função de auditoria interna poderá ser realizada por auditor designado (próprio ou terceirizado) registrado no respectivo CRC e na CVM, com dever de se reportar ao Conselho de Administração ou órgão semelhante, desde que este não seja responsável pela auditoria das demonstrações financeiras ou contratado para outra atividade da operadora sujeita ao escopo da auditoria interna. Em caso de terceirização dessa função, os serviços de auditoria interna não devem ser exercidos pela mesma empresa que presta serviços de auditoria independente para fins de verificação de processos de governança, gestão de riscos e controles internos de que trata esta RN.



6. VERIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DA GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

RN 443 - Requisitos para adoção da regra de Capital Baseado em Risco

Art. 11. O envio anual do Relatório de Procedimentos Previamente Acordados – PPA elaborado por auditor independente, tendo por base os dados do exercício antecedente referentes aos processos de governança, gestão de riscos e controles internos das operadoras, é:

I – Obrigatório:

- ✓ para as **operadoras de grande e médio portes**, nos termos do Anexo IV-A,

II – Facultativo

- ✓ para as **operadoras de pequeno porte**.

No caso de não adoção de requisito ou de sua adoção de forma parcial, o relatório de PPA de que trata o caput apresentará, circunstanciadamente, justificativa(s) da administração da operadora sobre o assunto e a(s) prática(s) alternativa(s) adotada(s).

RN 443 - Requisitos para adoção da regra de Capital Baseado em Risco

Art. 12. A operadora que comprovar o atendimento a **todos os requisitos** por meio de envio à ANS de relatório **de PPA na forma do art. 11** poderá solicitar a **redução de fatores de capital regulatório** a ser observado para atuação no setor de saúde suplementar.

§1º Os fatores reduzidos de capital regulatório de que trata o caput serão regidos por **resolução normativa específica** (ainda não publicada).

§2º Após análise do relatório de PPA, a ANS informará o deferimento ou não da redução de fatores que trata o caput, informando seu período de vigência em caso de deferimento.

Art. 13. Para fins de aprovação de modelos próprios de capital baseado nos seus riscos, as operadoras devem encaminhar relatório de PPA emitidos na forma dos **Anexos IV-A e V (*)**, comprovando o atendimento a todos os requisitos verificados.

* Os anexos IV-A e V contém roteiros para verificação por parte do auditor do cumprimento das exigências para concessão do benefício previsto no art. 12.

RN 443 - Requisitos para adoção da regra de Capital Baseado em Risco

Art. 14. Nas hipóteses dos arts. 11 a 13, a operadora encaminhará relatório de PPA à ANS conjuntamente com o DIOPS do 1º trimestre de cada ano subsequente.

1º O relatório de que trata o caput deverá ser emitido por auditor externo registrado no respectivo Conselho Regional de Contabilidade - CRC e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

§2º É de responsabilidade das operadoras a verificação de que o auditor independente atende a critérios de independência e competência estabelecidos pelos CRCs, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM.

§3º É vedado que o auditor independente ou a empresa que presta o serviço de auditoria independente tenha prestado, nos últimos 2 exercícios financeiros, serviço de consultoria para a operadora que comprometa a independência daquele(a), incluindo, entre outros, serviço de auditoria interna na operadora.

§4º É facultado que o auditor ou a empresa de auditoria de que trata este dispositivo tenha mantido contrato para avaliação das demonstrações contábeis, relatórios de PPA trimestral sobre a provisão de eventos/sinistros a liquidar e sobre o DIOPS/ANS, bem como de asseguuração sobre a base de dados para confecção das informações contábeis da operadora.

RN 443 - Requisitos para adoção da regra de Capital Baseado em Risco

Art. 15. A ANS poderá, a qualquer tempo, desconsiderar a redução de fatores de capital que trata o art. 12 ou a aprovação de modelo próprio que trata o art. 13, na hipótese de identificação de ocorrência de desconformidade ou verificação de não atendimento a requisito previsto nos Anexos I-A ou II desta RN.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput deste artigo, a operadora será previamente notificada para prestar esclarecimentos no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Uma vez constatada indícios de conduta comissiva ou omissiva do auditor independente responsável pelo(s) relatório(s) de PPA em relação aos fatos que ensejam a aplicação do disposto no caput, a ANS notificará o conselho profissional competente a respeito.

RN 443 - Requisitos para adoção da regra de Capital Baseado em Risco

Art. 16. As operadoras que possuem modelos próprios de capital baseado nos seus riscos aprovados ou que se encontram em processo de análise para aprovação deverão providenciar o cumprimento do disposto na presente RN até 31 de dezembro de 2022 para a aplicação do disposto no art.13.

Art. 17. O envio anual do PPA previsto no art. 11, inciso I, será facultativo até o exercício de 2022 e deverá ser encaminhado no prazo limite definido para o envio do DIOPS Financeiro do 1º trimestre de 2023.

Primeiras Conclusões

- ❖ Cada vez mais, os desafios sociais e ambientais fazem parte do contexto de atuação das organizações, afetando sua estratégia e rede de valor, podendo gerar resultados positivos ou negativos na sua reputação e no valor econômico do negócio, no longo prazo.
- ❖ Daí a necessidade de uma visão ampliada para a transformação da cultura interna e adequação a este novo momento.
- ❖ Valores como integridade, responsabilidade, transparência, independência e visão de longo prazo, além de preocupação constante com os impactos causados por suas atividades são fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade das organizações
- ❖ A RN 443 é a base para a implementação da regra de Capital Baseado em Riscos, portanto, as operadoras deverão, neste período de transição (2019 a 2022) buscar a profissionalização e a capacitação dos colaboradores, gestores e dirigentes para a nova etapa onde as organizações terão como horizonte, a sua própria sustentabilidade.

Governança Corporativa

“Não podemos ficar prisioneiros do mesmo...”



A mesma praça; O mesmo banco; As mesmas flores; O mesmo jardim;...

Já dizia a música dos anos 80.

Há 30 anos um jogador de futebol corria 6 Km durante uma partida. Hoje corre 11 Km.

Não mudaram: o tamanho do campo; o nº de jogadores; duração da partida (salvo as intervenções do “VAR” !!!)

O que mudou ?

A estratégia; a velocidade e o modo de fazer !



RN 443

Governança Corporativa

Há 50 anos o homem foi à Lua !! ????????

Os Norte-americanos fazem propaganda para a retomada das viagens espaciais.

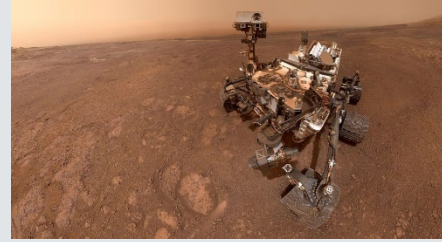
Agora pretendem ir a Marte, a partir de uma base na Lua !

Enquanto isso..... A Índia acaba de enviar um foguete à Lua !!!

Definitivamente, o homem não pára.....

A ANS também não!!

RN 443



Governança Corporativa

Capital Baseado em Riscos

No período de transição, as operadoras que optarem por construir suas matrizes de riscos, nos moldes definidos nos anexos da RN 443 e aprovados pela ANS, poderão ter seu valor de capital reduzido em relação à evolução da margem de solvência em vigor na data da publicação da norma.

As regras serão objeto de Resolução e Instrução Normativa que definirão as metodologias de cálculos.



Agradecimento

Eraldo Cruz

eraldo.cruz@unimed.coop.br

XXIX SUERJ

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

